

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	10
2.3 - Outras Informações Relevantes	16

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	17
3.2 - Medições Não Contábeis	18
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	19
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	20
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	21
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	22
3.7 - Nível de Endividamento	23
3.8 - Obrigações	24
3.9 - Outras Informações Relevantes	25

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	26
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	29
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	30
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	31
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	32
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	33
4.7 - Outras Contingências Relevantes	34

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	35
5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	36
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	37
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	38
5.4 - Programa de Integridade	39
5.5 - Alterações significativas	40
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	41
6. Histórico do Emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	42
6.3 - Breve Histórico	43
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	44
6.6 - Outras Informações Relevantes	45
7. Atividades do Emissor	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	46
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	47
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	48
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	49
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	50
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	51
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	52
7.8 - Políticas Socioambientais	53
7.9 - Outras Informações Relevantes	54
8. Negócios Extraordinários	
8.1 - Negócios Extraordinários	55
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	56

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	57
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	58
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	59
9.2 - Outras Informações Relevantes	60
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	61
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	64
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	65
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	66
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	67
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	68
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	69
10.8 - Plano de Negócios	70
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	71
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	72
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	73
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	74
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	77
12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	78
12.7/8 - Composição Dos Comitês	82
12.12 - Outras informações relevantes	83
13. Remuneração Dos Administradores	
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	84

Índice

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	87
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	88
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	89
13.16 - Outras Informações Relevantes	90
14. Recursos Humanos	
14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	91
14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	92
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	93
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	94
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	95
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	96
15.3 - Distribuição de Capital	100
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	101
15.7 - Principais Operações Societárias	102
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	103
16. Transações Partes Relacionadas	
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	104
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	105
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	106
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	107
17.2 - Aumentos do Capital Social	108
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	110
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	111

Índice

17.5 - Outras Informações Relevantes	112
18. Valores Mobiliários	
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	113
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	119
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	120
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	121
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	122
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	123
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	124
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	125
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	126
19. Planos de Recompra/tesouraria	
19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	127
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	128
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	129
20. Política de Negociação	
20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	130
20.2 - Outras Informações Relevantes	131
21. Política de Divulgação	
21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	132
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	133
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	138
21.4 - Outras Informações Relevantes	139

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Bruce Thomas Philips

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

José Eduardo Queiroz de Freitas

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

OURINVEST SECURITIZADORA
S/A

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

O diretor abaixo qualificado, declara que:

Reviu o Formulário de Referência e que todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.

Declara ainda, que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Bruce Thomas Philips

Diretor-Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

OURINVEST SECURITIZADORA
S/A

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

O diretor abaixo qualificado, declara que:

Reviu o Formulário de Referência e que todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.

Declara ainda, que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

José Eduardo Queiroz de Freitas

Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

OURINVEST SECURITIZADORA
S/A

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os diretores abaixo qualificados, declaram que:

Reviram o Formulário de Referência e que todas as informações nele contidas atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.

Declaram ainda, que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Bruce Thomas Philips

Diretor Presidente

José Eduardo Queiroz de Freitas

Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores**2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores**

Possui auditor?	SIM
Código CVM	536-3
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BKR - Lopes Machado Auditores e Consultores Ltda
CPF/CNPJ	00 422.669/0001-71
Período de prestação de serviço	30/06/2010 a 30/09/2010
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria para obtenção de registro na CVM
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 5.000,00

Justificativa da substituição Contratatação de empresa mais estruturada

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Mario Vieira Lopes	30/06/2010 a 30/09/2010	272.471.477-68	Avenida Vereador JoséDiniz, 3707, conj. 52/53, Campo Belo, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04603-004, Telefone (5511) 50414610, Fax (5511) 50414610, e-mail: sp@bkr-lobesmachado.com.br

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	210-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO Auditores Independentes
CPF/CNPJ	52 803.244/0001-06
Período de prestação de serviço	01/10/2010 a 31/03/2011
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações contábeis.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 4.060,92

Justificativa da substituição Empresa comprada pela KPMG

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Mateus de Lima Soares	01/10/2010 a 31/03/2011	501.548.774-68	Avenida Paulista, 2313 - 6º andar, Consolação, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01311-300, Telefone (11) 31385000, Fax (11) 31385000, e-mail: bdo_brazil@bdo_brazil.com.br

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	210-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO Auditores Independentes
CPF/CNPJ	52 803.244/0001-06
Período de prestação de serviço	01/04/2011 a 26/06/2011
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações contábeis
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 5.000,00

Justificativa da substituição Desinteresse da parte dos auditores

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Mateus de Lima Soares	01/04/2011 a 26/06/2011	501.548.774-68	Avenida Paulista, 2313 - 6º andar, Consolação, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01311-300, Telefone (11) 31385000, Fax (11) 31385000, e-mail: kpmg@kpmg.com.br

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

Possui auditor? SIM

Código CVM 1032-4

Tipo auditor Nacional

Nome/Razão social BDO RCS Auditores Independentes SS

CPF/CNPJ 54 276.936/0001-79

Período de prestação de serviço 27/06/2011 a 31/12/2015

Descrição do serviço contratado Auditoria das Informações Trimestrais e Parecer sobre balanço.

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço R\$ 21.600,00

Justificativa da substituição Rodízio de 5 anos

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Esmir de Oliveira	27/06/2011 a 31/12/2015	464.699.408-97	Rua Comendador Miguel Calfat, 109, Vila Olímpia, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04537-080. Telefone (11) 38485800

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

Possui auditor? SIM

Código CVM 1127-4

Tipo auditor Nacional

Nome/Razão social Grant Thornton Auditores Independentes

CPF/CNPJ 10 830.108/0001-65

Período de prestação de serviço 31/03/2016 a 31/12/2018

Descrição do serviço contratado Auditoria nos Informes Trimestrais e no Balanço Anual de 2017.

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço R\$ 27.000,00

Justificativa da substituição A Diretoria resolveu mudar a empresa de auditoria

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Rafael Dominguez Brarros	31/03/2016 a 31/12/2018	251.488.588-42	Avenida Paulista, 37, conj. 12, Bela Vista, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01311-000, Telefone (11) 38868977, Fax (11) 38868978, e-mail: rafael.barros@br.gt.com

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	536-3		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	BKR - Lopes Machado Auditores e Consultores Ltda		
CPF/CNPJ	00.422.669/0001-71		
Data Início	30/06/2010		
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria para obtenção de registro na CVM		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 5.000,00		
Justificativa da substituição	Contratatação de empresa mais estruturada		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Sem declarações.		
Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Mario Vieira Lopes	30/06/2010	272.471.477-68	Avenida Vereador JoséDiniz, 3707, conj. 52/53, Campo Belo, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04603-004, Telefone (5511) 50414610, Fax (5511) 50414610, e-mail: sp@bkr-lobesmachado.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	210-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO Auditores Independentes
CPF/CNPJ	52.803.244/0001-06
Data Início	01/10/2010
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações contábeis.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 4.060,92
Justificativa da substituição	Empresa comprada pela KPMG
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Sem declarações..

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Mateus de Lima Soares	01/10/2010	501.548.774-68	Avenida Paulista, 2313 - 6º andar, Consolação, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01311-300, Telefone (11) 31385000, Fax (11) 31385000, e-mail: bdo@bdo.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	210-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO Auditores Independentes
CPF/CNPJ	52.803.244/0001-06
Data Início	01/04/2011
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações contábeis
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 5.000,00
Justificativa da substituição	Desinteresse da parte dos auditores
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Sem declarações.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Mateus de Lima Soares	01/04/2011	501.548.774-68	Avenida Paulista, 2313 - 6º andar, Consolação, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01311-300, Telefone (11) 31385000, Fax (11) 31385000, e-mail: kpmg@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1032-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BDO RCS Auditores Independentes SS
CPF/CNPJ	54.276.936/0001-79
Data Início	27/06/2011
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Informações Trimestrais e Parecer sobre balanço.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 21.600,00
Justificativa da substituição	Rodízio de 5 anos
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Sem declarações.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Esmir de Oliveira	27/06/2011	464.699.408-97	Rua Comendador Miguel Calfat, 109, Vila Olimpia, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04537-080, Telefone (11) 38485800

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1127-4
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Grant Thornton Auditores Independentes
CPF/CNPJ	10.830.108/0001-65
Data Início	31/03/2016
Descrição do serviço contratado	Auditoria nos Informes Trimestrais e no Balanço Anual de 2017.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 27.000,00
Justificativa da substituição	Rodízio aprovado pelo Conselho de Administração.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Sem declarações.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Rafael Dominguez Brarros	31/03/2016	251.488.588-42	Avenida Paulista, 37, conj. 12, Bela Vista, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01311-000, Telefone (11) 38868977, Fax (11) 38868978, e-mail: rafael.barros@br.gt.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1207-6
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes
CPF/CNPJ	18.596.945/0001-83
Data Início	01/01/2019
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações intermediárias e balanço; Auditoria dos patrimônios separados.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Auditoria normal - R\$ 16.000,00 Auditorias dos patrimônios separados - R\$ 45.000,00
Justificativa da substituição	Auditoria atual.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Fábio Rodrigo Muralo	01/01/2019	181.657.668-99	Rua Arizona, 1349, -, Cidade Mongões, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04567-003, Telefone (11) 51022510, Fax (11) 51022510, e-mail: fabio.muralo@bakertilly.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

A Companhia declara que não há outras informações relevantes a serem fornecidas.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)
Patrimônio Líquido	992.106,00	1.587.778,00	860.179,00
Ativo Total	3.135.822,00	2.405.277,00	1.894.546,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	6.682.214,00	8.775.397,00	2.764.753,00
Resultado Bruto	2.366.631,00	5.586.420,00	845.785,00
Resultado Líquido	1.827.373,00	4.227.599,00	668.488,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	826.755	826.755	826.755
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,200000	1,920500	1,040444
Resultado Básico por Ação	2,210300	5,113500	0,808600

3.2 - Medições Não Contábeis

A empresa não apresenta ou divulga medições não contábeis.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Nas demonstrações financeiras auditadas do ano base 2018, não foi registrada a ocorrência de eventos subsequentes.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, podendo a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, declarar ainda dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes a partir do último balanço anual ou semestral.

Os dividendos distribuídos poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, podendo as importâncias pagas ou creditadas a este título ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016
Lucro líquido ajustado	1.827.373,00	4.227.599,00	668.488,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	100,000000	82,789300	95,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	100,000000	2,662600	77,710000
Dividendo distribuído total	1.827.373,00	3.500.000,00	635.064,00
Lucro líquido retido	0,00	595.672,00	0,00
Data da aprovação da retenção		07/03/2018	

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	456.843,25	20/07/2018			158.766,00	
			0,00			
Outros						
Ordinária					476.298,00	

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

Não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2018	2.143.716,00	Índice de Endividamento	0,68360000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2018)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Quirografárias		2.143.716,00	0,00	0,00	0,00	2.143.716,00
Total			2.143.716,00	0,00	0,00	0,00	2.143.716,00
Observação							

3.9 - Outras Informações Relevantes

A Companhia não tem informações que julgue relevantes.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

a) Riscos Relacionados ao Emissor

A Companhia foi constituída em 30 de junho de 2010.

Em janeiro de 2016, o objeto social da Companhia foi alterado para incluir a aquisição e securitização de direitos creditórios hipotecários, imobiliários com a conseqüente emissão e colocação dos Certificados de Recebíveis Imobiliários. Entre as atividades realizadas pela Companhia incluem-se a aquisição de títulos que serão lastro de CRAs, bem como o controle, alienação e cobrança dos créditos relativos aos CRAs. Não existe garantia de conseguirmos ativos disponíveis para compra.

Companhia de Capital Aberto

A atuação da Companhia como securitizadora de créditos do agronegócio e imobiliário, por meio da emissão de CRAs e CRIs depende da manutenção de seu registro de companhia aberta junto à CVM e das respectivas autorizações societárias. Caso a Companhia não atenda aos requisitos exigidos pela CVM em relação às companhias abertas, sua autorização poderá ser suspensa ou mesmo cancelada, afetando assim as suas emissões de CRAs e CRIs.

b) Riscos relacionados ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Em julho de 2018 a Companhia passou a ser detida pela Ourinvest Real Estate Holding Ltda. (99,9%) e por um acionista pessoa natural (0,01%) (“Ourinvest Holding”). A Ourinvest Holding, por sua vez, é controlada pela Ourinvest Participações S.A., que detém 70% do seu capital votante. Tanto a Ourinvest Holding quanto a Ourinvest Participações não possuem participação societária em empresas com objetos sociais similares ao da Companhia, não existindo atualmente conflito de interesses ou outros riscos que possam afetar as atividades da Companhia.

c) Riscos relacionados aos seus acionistas

A Companhia pode necessitar de capital adicional no futuro, que seria obtido por meio de emissão de valores mobiliários. Não há garantia de que seus acionistas aporem capital.

d) Riscos relacionados às suas controladas e coligadas

A Companhia não possui empresas controladas ou coligadas.

e) Riscos relacionados aos seus fornecedores

Durante o processo de originação, estruturação, distribuição e monitoramento de suas operações de securitização, a Companhia contrata fornecedores especializados em vários serviços.

Os fornecedores contratados são basicamente: assessores legais, custodiantes de títulos, empresas terceirizadas de monitoramento e cobrança de pagamentos (“Servicing”), agentes fiduciários, distribuidores de títulos e valores mobiliários autorizados pela CVM a comercializar os títulos de emissão da Companhia, agências de rating, empresa de contabilidade e de tecnologia, auditoria, entre outros.

A Companhia avalia os riscos relacionados a seus fornecedores de serviços com base em histórico profissional e relacionamento com mercado, além de pesquisar

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

referências, restrições e preços. A relação da Companhia com seus fornecedores não está sujeita a regulamentação governamental.

Sobre seus potenciais clientes, a Companhia depende da originação de novos negócios de securitização imobiliária e do agronegócio, bem como da demanda de investidores pela aquisição dos Certificados de Recebíveis Imobiliários e certificado de recebíveis do agronegócio de sua emissão.

No que se refere à originação a Companhia busca sempre identificar oportunidades de negócios que podem ser objeto de securitização.

f) Riscos relacionados aos seus clientes

A principal fonte de receita da Companhia é a que decorre de serviços relacionados à securitização de direitos creditórios. Sendo assim, a saúde financeira dos clientes que contratam a Companhia tem papel relevante na formação do resultado da Companhia. Não existem garantias de que a Companhia mantenha sua atual carteira de clientes ou que possa expandi-la no futuro.

g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue

Efeitos relacionados ao Setor de Securitização do Agronegócio

Os riscos a que estão sujeitos os titulares de CRAs podem variar significativamente, e podem incluir, sem limitação, perdas em decorrência de condições climáticas desfavoráveis, pragas ou outros fatores naturais, redução de preços de commodities do setor agrícola nos mercados nacional e internacional, alterações em políticas de concessão de crédito que possam afetar a renda dos agricultores e, conseqüentemente, a sua capacidade de pagamento, bem como outras crises econômicas que possam afetar o setor agropecuário em geral, falhas na constituição de garantias reais, insuficiência das garantias prestadas e impossibilidade de execução por perda ou desvio dos bens objeto da garantia.

Efeitos relacionados ao Setor de Securitização Imobiliária

Já os investidores do CRI estão sujeitos aos riscos associadas à incorporação imobiliária, construção e locação e venda de imóveis dependendo da natureza do crédito imobiliário lastro dos CRIs, e podem incluir, sem limitação, inadimplência pelo devedor do crédito imobiliário, risco de obras que podem variar desde atraso na obra até em estouro no orçamento. Outro fator que pode gerar risco ao investidor são operações com concentração de locatário ou vacância desses imóveis.

O setor imobiliário também está sujeito ao declínio da atividade econômica do Brasil, já que isto pode prejudicar o crescimento do setor imobiliário como um todo, por meio da desaceleração da economia, aumento da taxa de juros, flutuação da moeda e instabilidade política, além de outros fatores. A verificação de um ou mais desses fatores poderá impactar negativamente o setor, afetando a emissão de CRIs pela Companhia e conseqüentemente, sua rentabilidade.

Alguns riscos das operações imobiliárias devem ser analisados, como por exemplo, falhas na constituição da garantia real ou insuficiência das garantias reais prestadas, revisão judicial ou rescisão de contrato que dá origem ao direito creditório e pagamento antecipado dos direitos creditórios.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Políticas e regulamentações que afetem o setor agrícola e setores relacionados podem afetar de maneira adversa as operações e a lucratividade do setor agropecuário.

A securitização de créditos imobiliários é uma operação recente no mercado de capitais brasileiro. A Lei nº 9.514/97, que criou os certificados de recebíveis imobiliários, foi editada em 1997. Entretanto, só houve um volume maior de emissões de certificados de recebíveis imobiliários nos últimos anos. Além disso, a securitização é uma operação mais complexa que outras emissões de valores mobiliários, já que envolve estruturas jurídicas de segregação dos riscos da Securitizadora. Dessa forma, por se tratar de um mercado recente no Brasil, com aproximadamente dezenove anos de existência no país, ele ainda não se encontra totalmente regulamentado, podendo ocorrer situações em que ainda não existam regras que o direcionem, gerando assim um risco aos Investidores, uma vez que o Poder Judiciário poderá, ao analisar a Emissão e interpretar as normas que regem o assunto, proferir decisões desfavoráveis aos interesses dos Investidores. Não existe jurisprudência firmada acerca da securitização, o que pode acarretar perdas por parte dos Investidores. Toda a arquitetura do modelo financeiro, econômico e jurídico acerca da securitização considera um conjunto de direitos e obrigações de parte a parte estipuladas por meio de contratos públicos ou privados tendo por diretrizes a legislação em vigor. Entretanto, em razão da pouca maturidade e da falta de tradição e jurisprudência no mercado de capitais brasileiro em relação à estruturas de securitização, em situações adversas poderá haver perdas por parte dos Investidores em razão do dispêndio de tempo e recursos para execução judicial desses direitos.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Não há risco de mercado relevante aplicáveis a securitizadora.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

A Ourinvest Securitizadora S.A. é parte em duas demandas passivas, sendo elas:

Ação de Rescisão Contratual c/c Pedido de Danos Morais, em trâmite perante a 3ª Vara Cível da Comarca de São Paulo/SP desde Novembro/2017, que tem como Autor Ricardo Morgan de Aguiar Mateus e Adelaide Duenas Garcia Mateus, em face da Tecnisa S.A., Valparaíso Ltda Sociedade de Propósito Específico e Ourinvest Securitizadora. Em suma, os autores requerem rescisão contratual e devolução das quantias pagas por imóvel objeto do contrato, além de indenização por danos morais. Em sede de defesa, foi requerida a exclusão da Ourinvest Securitizadora do polo passivo da demanda, pois figurou no contrato apenas como anuente da venda do imóvel alienado fiduciariamente a ela. Em 27.04.2018 a ação foi julgada parcialmente procedente, condenando as rés à devolução dos valores pagos pelo autor, corrigidos desde a citação, sem acolher a ilegitimidade passiva da Ourinvest Securitizadora. O resultado dos embargos opostos pelos autores culminou na condenação das rés à devolução de corretagem e taxas condominiais. Contra a decisão, foi interposto recurso de apelação. Aguarda-se decisão do TJSP quanto ao mérito do recurso.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Na presente data, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

A Companhia não é parte em qualquer processo sigiloso relevante.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

A Companhia não é parte em quaisquer processos judiciais, administrativos ou arbitrais.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Não existem outras contingências relevantes não abrangidas nos itens anteriores.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

O item em questão não é aplicável, dado que a Companhia é sediada no Brasil.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Não há risco de mercado relevante aplicável à Companhia.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Não se aplica dado a não haver riscos relevantes de mercado para a Companhia.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Os diretores declaram que não há deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente e, portanto, não há medidas corretivas a serem aplicadas.

5.4 - Programa de Integridade

Os diretores declaram que não há deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente e, portanto, não há medidas corretivas a serem aplicadas.

5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos riscos a que a Companhia está exposta.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há informações relevantes sobr Controles Internos a serem divulgadas.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	30/06/2010
Forma de Constituição do Emissor	<p>A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, em 30 de junho de 2010 com a denominação de ARP Participações Ltda. (“ARP Participações”), cujos atos constitutivos foram devidamente arquivados na Junta Comercial de São Paulo (“JUCESP”), em sessão de 7.07.2010, sob o NIRE 35.2.2451605-1.</p> <p>Os sócios, por meio de reunião realizada em 5.08.2010, deliberaram pela transformação da sociedade limitada em sociedade anônima, alteração de denominação, objeto social e aprovação de Estatuto Social, tendo sido referida ata registrada perante a JUCESP em sessão de 23.8.2010, sob o NIRE 35.3.0038331-1.</p> <p>Em virtude da mencionada transformação, a ARP Participações alterou a sua denominação para “BRASIL AGROSEC COMPANHIA SECURITIZADORA” atual denominação da Companhia, sendo regida na forma de seu Estatuto Social. Em AGE de 22/01/2016 alterou-se a denominação social para Ourinvest Securitizadora S/A.</p>
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	10/11/2010

6.3 - Breve Histórico

A empresa é uma companhia securitizadora de direitos creditórios do agronegócio, nos termos da Lei 11.076, de 30 de dezembro de 2004.

A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, em 30 de junho de 2010 com a denominação de ARP Participações Ltda., cujos atos constitutivos foram devidamente arquivados na Junta Comercial de São Paulo, em sessão de 07.07.2010, sob o NIRE 35.2.2451605-1.

Os sócios, por meio de reunião realizada em 05.08.2010, deliberaram pela transformação da sociedade limitada em sociedade anônima, alteração de denominação, objeto social e aprovação do Estatuto Social, tendo sido referida ata registrada perante a Jucesp em sessão de 23.08.2010.

Em virtude da mencionada transformação, a ARP Participações Ltda. alterou a sua denominação para BRASIL AGROSEC COMPANHIA SECURITIZADORA.

Em 22 de janeiro de 2016 foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia de Brasil Agrosec Companhia Securitizadora para Ourinvest Securitizadora S.A. e a inclusão, no objeto social da Companhia, das atividades de securitização de créditos imobiliários, nos termos da Lei 9.514/97.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

A Companhia não sofreu pedido de falência e nem participa de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

As duas principais atividades da Companhia são as emissões de CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio e CRI – Certificado de Recebíveis Imobiliários, sendo que este último foi incluindo em 2016 como objeto da Companhia.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

A securitizadora não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

A Companhia informa que atua em um único segmento, qual seja, o de securitização de créditos imobiliários e do agronegócio, mediante a emissão de certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA).

Não existem produtos e/ou serviços em desenvolvimento pela Companhia.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Condições de competição nos mercados:

Na aquisição de créditos imobiliários ou do agronegócio competem as companhias securitizadoras, fundos de investimento cujos regulamentos admitem a aquisição desses recebíveis, as instituições financeiras que atuam na captação de cadernetas de poupança entre outros.

Na distribuição dos CRI ou CRA, os principais títulos concorrentes são os papéis de emissão de instituições financeiras com lastro em créditos imobiliários ou do agronegócio, conforme o caso, como as Letras Hipotecárias e Letras de Crédito Imobiliário, Letras de Crédito do Agronegócio, as quais desfrutam isenções fiscais semelhantes às atribuídas pela legislação aos CRI ou aos CRA, conforme aplicável.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Companhia não aderiu a qualquer política ou padrão nacional ou internacional de proteção ambiental.

Adicionalmente, a Companhia informa não adotar quaisquer políticas específicas de responsabilidade social, patrocínio ou incentivo cultural

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

A empresa não possui operações no exterior.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

Não se aplica, pois a empresa não opera no exterior.

7.8 - Políticas Socioambientais

Pelo porte e atividade da companhia não há impactos ambientais relevantes. Sendo assim, a empresa não mantém políticas sócio ambientais específicas.

7.9 - Outras Informações Relevantes

O emissor julga não existirem outras informações relevantes.

8.1 - Negócios Extraordinários

Não houve contratos que não fossem diretamente ligado às atividades operacionais.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Não houve, nos três últimos exercícios alterações significativas na condução de negócios do emissor.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Não houve contratos que não fossem diretamente ligado às atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

A Companhia não tem informações que julgue relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

A Companhia não possui patentes, marcas ou licenças registradas em seu nome.

9.2 - Outras Informações Relevantes

A Companhia não tem informações que julgue relevantes.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A *Companhia* foi constituída em 2010, sendo capitalizada pelos então acionistas em setembro de 2011, com o aporte de aproximadamente R\$ 2.096 mil, iniciando-se nesse momento suas atividades comerciais. A Administração, por entender que o mercado de CRA/CRI é próspero e em linha com o seu plano de negócios, realizou importantes aportes de capital.

A Diretoria da *Companhia* entende que esta apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para seus negócios e cumprir as suas obrigações no curto, médio e longo prazo. Ressaltamos que o objetivo primário da empresa é ser um veículo de securitização, cujo papel fiduciário é ser um condutor de caixa entre os valores pagos pelo ativo-lastro (CRI e CRA) e os valores recebidos pelos investidores, em consonância com os termos e condições de cada papel, sem coobrigação por parte da *Companhia*. Além disso, a *Companhia* tem o apoio dos acionistas que estão dispostos a realizar novos aportes considerando as necessidades dadas pelo desenvolvimento da empresa e do mercado.

Conforme a tabela abaixo, podemos observar que a *Companhia* apresenta condições financeiras satisfatórias:

	2018	2017	2016
Disponibilidades	2.687	1.672	1.569
Ativo Circulante	2.852	2.058	1.771
Passivo Circulante	2.144	817	1.035
Índice de Liquidez Corrente	1,3302	2,5190	1,7111
Índice de Liquidez Imediata	1,2532	2,0465	1,5159

(valores em R\$ mil.)

Fórmula de cálculo: $\text{Liquidez corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
 $\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$

O capital social da *Companhia* é constituído somente por ações ordinárias nominativas. Não há hipóteses estatutárias pré-definidas para o resgate de nossas ações. Eventual decisão nesse sentido, se e quando tomada, dependerá de assembleia de acionistas e deverá cumprir com o disposto na Lei das Sociedades por Ações. Nesse momento, não existe intenção para a realização de tal evento.

Na tabela abaixo podemos ver a estrutura de capital da *Companhia* nos três últimos exercícios:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Ativo</u>			
Ativo Circulante	2.852	2.058	1.771
Ativo Não Circulante	284	347	124
<u>Passivo</u>			
Passivo Circulante	2.144	817	1.035
Passivo Longo Prazo	0	0	0
Patrimônio Líquido	992	1.588	860
Índice de Capital de Terceiros	0,6836	0,3397	0,5462
Índice de Endividamento	2,1612	0,5145	1,2035

Os índices foram determinados da seguinte forma:

Índice de Capital de Terceiros = (Passivo Circulante+Passivo não Circulante)/Ativo Total

Índice de Endividamento = (Passivo Circulante+Passivo não circulante)/Patrimônio Líquido

A Companhia espera receber receitas referentes a serviços de novas emissões ao longo do ano-calendário de 2019 e subsequentes, em montante suficiente para honrar os compromissos financeiros assumidos de curto e longo prazo. Destaca-se a existência de receitas recorrentes referentes a manutenção das emissões realizadas. Entende-se que no atual cenário, as estimativas de faturamento serão suficientes para todas as suas obrigações. Além disso, há o apoio dos acionistas que estão dispostos a realizar novos aportes considerando a necessidade de desenvolvimento das operações.

A Companhia planeja utilizar recursos próprios auferidos de novas operações para honrar tanto obrigações de longo prazo quanto de curto prazo. Desta forma, a estratégia adotada para financiar capital de giro e investimentos em ativos não-circulante será baseada em recursos próprios, em especial em sua capacidade de gerar receitas próprias. Além disso, há o apoio do controlador que está disposto a realizar novos aportes considerando a necessidade de desenvolvimento das operações da Companhia.

A característica das obrigações e dívidas contraídas encontram-se demonstradas na tabela abaixo:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Obrigações Fiscais	493	420	238
Obrigações Trabalhistas	142	396	158
Contas a Pagar	0	1	4
Dividendos a pagar	1.509		

Como pode-ser observado pelo quadro acima, as obrigações com terceiros representam uma parcela menor das obrigações, havendo uma maior concentração com relação a compromissos com acionistas. São todas obrigações de curto prazo, expressas em R\$ mil. Desde sua constituição, a Companhia não contratou financiamentos de qualquer espécie.

O nível da participação de capital de terceiros está abaixo demonstrado:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Ativo</u>			
Ativo Circulante	2.852	2.058	1.771
Ativo Não Circulante	284	347	124
<u>Passivo</u>			
Passivo Circulante	2.144	817	1.035
Passivo Longo Prazo	0	0	0
Patrimônio Líquido	992	1.588	860
Índice de Endividamento	2,1612	0,5145	1,2035

Os índices foram determinados da seguinte forma:

Índice de Capital de Terceiros = (Passivo Circulante+Passivo não Circulante)/Ativo Total

Índice de Endividamento = (Passivo Circulante+Passivo não circulante)/Patrimônio Líquido

A Companhia não possui empréstimos e financiamentos pendentes.

A única alteração significativa ocorrida nas demonstrações financeiras é o aumento do passivo circulante em decorrência do compromisso estabelecido pelo Conselho de Administração, com relação a distribuição de resultados para os acionistas. Resultados estes apurados em 2018 e acumulados para pagamento em 2019.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

A Companhia gerou receitas somente nos exercícios de 2017 e 2016. No exercício de 2015, utilizou-se de aportes feitos pelo controlador para liquidar seus compromissos.

A Administração entende que o mercado de emissões de CRA encontra-se ainda em sua fase inicial de desenvolvimento, sendo que, a 1ª emissão realizada por meio da Oferta Instrução CVM 400/03, se deu somente em agosto de 2012. Somente em 2013 é que de fato o mercado começou a desenvolver um número maior de operações, extremamente complexas em sua estruturação, haja vista lastrear-se em títulos do agronegócio, cujo calendário é regido pelo ano/safra. Fazer com que essas especificidades se adaptem ao mercado de capitais traz grandes desafios às estruturas, demandando uma série de providências operacionais adequadas ao segmento.

Em 2018 ocorreram importantes emissões de CRI que geraram receitas e resultados relevantes, além de estabelecer importantes parcerias de negócios. Não podemos deixar de considerar que por ser um ano eleitoral, o mercado se apresentou retraído, o que nos leva a crer que algumas operações podem ter sido adiadas e devem se desenvolver no ano de 2019.

A Administração espera, nos próximos exercícios, continuar gerando negócios que tragam receitas recorrentes e permitam que a Companhia opere de forma consistente acima de seu ponto de equilíbrio, em uma trajetória de resultados crescentes.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

(a) introdução ou alienação do segmento operacional	Os Diretores afirmam que até a presente data, a Companhia não se envolveu em nenhum evento de alienação do segmento operacional, constituição, aquisição ou alienação de participação societária, ou ainda em eventos ou operações não usuais estabelecidos em seu objeto social.
(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária	Os Diretores afirmam que até a presente data, a Companhia não se envolveu em nenhum evento de alienação do segmento operacional, constituição, aquisição ou alienação de participação societária, ou ainda em eventos ou operações não usuais estabelecidos em seu objeto social.
(c) eventos ou operacionais não usuais	Os Diretores afirmam que até a presente data, a Companhia não se envolveu em nenhum evento de alienação do segmento operacional, constituição, aquisição ou alienação de participação societária, ou ainda em eventos ou operações não usuais estabelecidos em seu objeto social.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

A Companhia informa que não houve mudanças nas práticas contábeis nos exercícios de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Os auditores, em seu relatório de auditoria, apresentaram ênfases conforme abaixo:

2010 - Ênfase sobre o fato da empresa estar em fase pré-operacional, não tendo sido apresentado o Demonstrativo de Resultados e a Demonstração de Valor Adicionado, pelo motivo de não ter havido operações;

2011 - Não houve ênfase ou ressalva;

2012 – Ênfase sobre continuidade operacional da empresa em função da necessidade de aportes de capital pelos acionistas.

2013 - Não houve ênfases ou ressalvas.

2014 – Ênfase sobre continuidade operacional da empresa em função da necessidade de aportes de capital pelos acionistas.

2015 – Ênfase sobre a continuidade operacional da empresa em função da necessidade de aportes de capital pelos acionistas. A Companhia esclarece que houve aportes necessários para garantir a continuidade das operações.

2016 – Não houve ênfase ou ressalvas.

2017 – Não houve ênfase ou ressalvas.

2018 – Não houve ênfase ou ressalvas.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A empresa não possui itens de politica contábil considerados críticos.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

Não se observam itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras, tais como:

Arrendamentos mercantis operacionais, sejam ativos ou passivos.

Carteiras de recebíveis baixadas que sejam responsabilidade e risco da Companhia.

Contratos de compra futura.

Contratos de construção não terminada.

Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.8 - Plano de Negócios

A empresa deve investir recursos próprios no desenvolvimento de sistemas próprios que aumentem a segurança operacional e permitam uma redução do custo de gestão de uma emissão.

No mais, não há informações relevantes a serem divulgadas.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Não há outros fatores com influência relevante a serem comentados.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

De acordo com a Instrução CVM 480/09, a divulgação de projeções e estatísticas é facultativa. Ademais, vale ressaltar que a Companhia não divulgou projeções e estatísticas.	
(a) objeto da projeção	Item inaplicável, considerando que a Companhia não divulgou projeções estatísticas.
(b) período projetado e o prazo de validade da projeção	Item inaplicável, considerando que a Companhia não divulgou projeções estatísticas.
(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle	Item inaplicável, considerando que a Companhia não divulgou projeções estatísticas.
(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão	Item inaplicável, considerando que a Companhia não divulgou projeções estatísticas.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

De acordo com a Instrução CVM 480/09, a divulgação de projeções e estatísticas é facultativa. Ademais, vale ressaltar que a Companhia não divulgou projeções e estatísticas.	
(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais dela estão sendo repetidas no formulário	Item inaplicável, considerando que a Companhia não divulgou projeções estatísticas.
(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções	Item inaplicável, considerando que a Companhia não divulgou projeções estatísticas.
(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e quando, for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas	Item inaplicável, considerando que a Companhia não divulgou projeções estatísticas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A administração da Companhia é exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

Conselho de Administração

Compete ao Conselho de Administração, além das outras atribuições fixadas no Estatuto Social da Companhia:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser a lei e o presente Estatuto Social, bem como o Acordo de Sócios;
- c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia, bem como solicitar informações sobre quaisquer contratos celebrados ou em via de celebração, ou sobre quaisquer outros atos que envolvam diretamente a Companhia;
- d) convocar a Assembleia Geral nos termos da lei e do Estatuto Social;
- e) manifestar-se sobre o relatório da administração e sobre as contas da Diretoria;
- f) autorizar previamente a celebração de contratos ou a realização de operações que envolvam ou impliquem na assunção de dívidas ou obrigações, pela Companhia, em valores superiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), não se aplicando às operações realizadas no curso normal da gestão dos patrimônios separados instituídos por ocasião das emissões de CRAs e CRIs realizadas pela Companhia na forma do art. 10º, II, da Lei 9.514/97, conforme alterada (“Patrimônios Separados”);
- g) aprovar formalmente as emissões dos CRAs e dos CRIs;
- h) estabelecer comitês institucionais, nomear seus membros e fixar-lhes alçadas;
- i) autorizar a alienação, a qualquer título, de bens do ativo permanente da Companhia, a constituição de ônus reais sobre estes e a prestação de quaisquer modalidades de reforços ou garantias a obrigações de quaisquer terceiros;
- j) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- k) autorizar a realização de operações com partes relacionadas;
- l) aprovar o Plano de Negócios, o Orçamento Anual e também as diretrizes de gestão e governança corporativa da Companhia, bem como qualquer alteração ou revisão dos mesmos; e

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- m) exercer quaisquer outras atribuições que lhe sejam conferidas pela lei, por este Estatuto Social ou pelo Acordo de Sócios.

A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, reunindo-se ainda, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem.

A Assembleia Geral será convocada na forma dos artigos 124 e seguintes da Lei 6.404/76 e, independentemente das formalidades de convocação, será considerada regularmente instalada a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, por quem a Assembleia Geral indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo.

– As seguintes matérias exigem voto favorável da maioria absoluta das ações com direito a voto para serem aprovadas:

- (a) alteração do objeto social da Companhia;
- (b) observadas as disposições deste Estatuto Social, a criação de ações preferenciais ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais, quando existentes;
- (c) alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida, quando existentes;
- (d) deliberação envolvendo qualquer tipo de incorporação, cisão ou fusão da Companhia;
- (e) aumento ou redução do capital social da Companhia, observadas as excepcionalidades dispostas neste Estatuto Social e as previsões do Acordo de Sócios;
- (f) redução do dividendo obrigatório;
- (g) dissolução ou cessação do estado de liquidação da Companhia; e
- (h) confissão de falência, requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial, bem como a autorização para que os administradores pratiquem tais atos.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- As seguintes matérias dependerão da aprovação do Diretor Presidente da Companhia, por escrito, admitido o uso de correio eletrônico para tanto:
- (a) a realização de quaisquer novas operações e/ou contratos que envolvam a Sociedade em novos negócios;
 - (b) a assunção de obrigações ou responsabilidade de pagamento pela Sociedade em valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais); exceto as obrigações de pagamento assumidas pelos Patrimônios Separados;
 - (c) a aquisição, venda, cessão ou transferência de qualquer ativo permanente pela Sociedade e/ou em valor superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); exceto as liquidações de ativos realizadas em benefício dos Patrimônios Separados ou no exercício da administração fiduciária ou gestão de fundos de investimento;
 - (d) aprovar o ingresso da Sociedade com ações judiciais e procedimentos arbitrais e administrativos; exceto se em benefício dos Patrimônios Separados ou no exercício da administração fiduciária de fundos de investimento.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Não há outras informações relevantes.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Nelson de Campos Junior	28/06/1963	Pertence apenas à Diretoria	27/02/2019	30/04/2022	0
740.477.957-04	Advogado	19 - Outros Diretores	27/02/2019	Sim	0.00%
Não exerce outros cargos		Diretor Executivo			
Sarah Balestero	17/08/1984	Pertence apenas à Diretoria	27/02/2019	30/04/2022	0
313.279.398-19	Economista	19 - Outros Diretores	27/02/2019	Sim	0.00%
Não exerce outros cargos					
José Eduardo Queiroz de Freitas	27/03/1976	Pertence apenas à Diretoria	27/02/2019	até 30/04/2022	2
197.173.158-76	Economista	12 - Diretor de Relações com Investidores	27/02/2019	Sim	0.00%
Não exerce outros cargos					
Mariane Rosa Ferreira	04/12/1987	Pertence apenas à Diretoria	27/02/2019	até 30/04/2022	2
215.512.428-77	Administradora de Empresas	19 - Outros Diretores	27/02/2019	Sim	0.00%
não exerce outros cargos		Diretora sem designação específica			
Edilson Ciro Romor Guidini	07/07/1982	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/02/2019	30/04/2022	0
301.484.788-75	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/02/2019	Sim	0.00%
Não exerce outros cargos					
Samuel Jorge Esteves Cester	13/03/1949	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/02/2019	até 30/04/2022	1
259.483.698-20	Economista	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	27/02/2019	Sim	0.00%
não exerce outros cargos.					
Bruce Thomas Phillips	15/10/1957	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/02/2019	30/04/2022	0
022.191.688-16	Empresário	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	27/02/2019	Sim	0.00%
Não exerce outros cargos					
Experiência profissional / Critérios de Independência					
Nelson de Campos Junior - 740.477.957-04					

Advogado, com MBA em Serviços pelo IBMEC. Foi diretor comercial da CHB – Companhia Hipotecária Brasileira e Diretor Presidente da Isec Securitizadora S.A. Possui forte experiência no mercado financeiro na direção de instituições financeiras, especialmente na área comercial, captação de recursos e estruturação de operações de crédito e de mercado de capitais. Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, penas aplicadas ou qualquer condenação transitada em julgado que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial

Sarah Balestero - 313.279.398-19

Diretora de Relações com Investidores 2018 a atual – Ourinvest Securitizadora S.A. – Bela Vista – SP Gerente Comercial 2017 -2018 – Ourinvest Securitizadora S.A. – Bela Vista – SP ? Estruturação de operações de mercado de capitais. ? Apresentação de operações e suas estruturas; Captação de novos clientes; ? Negociação comercial; ? Aquisição de carteiras de recebíveis pulverizadas com coobrigação e True Sale; ? Análise de garantias; Diretora Comercial 2012 – 2017 – Isec Securitizadora S.A. – Itaim – SP 2012 – 2012 - PDG Securitizadora – Itaim - SP. Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, penas aplicadas ou qualquer condenação transitada em julgado que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial.

José Eduardo Queiroz de Freitas - 197.173.158-76

Atuou no mercado financeiro entre 1997 e 2010, iniciando a carreira na área de controladoria da financeira do Banco BBA. Em 2001 participou do grupo de trabalho que criou o Banco Honda. Atuou com planejamento de negócios do Banco Santos, assumindo após essa experiência, posições gerenciais nas áreas de crédito e cobrança do Banco Itaú Unibanco, especificamente em veículos e segmento imobiliário. Foi Diretor financeiro do Grupo Tree Bio, empresa do setor de saneamento e, por sua experiência em risco e finanças do setor imobiliário, assumiu a diretoria financeira da incorporadora CNL, empresa que contribuiu para o desenvolvimento da região de Alphaville. Em 2018 passou a integrar a Diretoria da ourinvest Asset para realizar a gestão dos projetos administrados pela empresa. É economista graduado pela FAAP, com pós graduação em Banking pela Universidade Mackenzie.

Mariane Rosa Ferreira - 215.512.428-77

Sócia fundadora da REICO, em março de 2016. Antes da REICO, de 2013 a 2016, foi responsável pela área de operações e fund management do JP Morgan Brasil e Gávea Investimentos, incluindo controles, reporting, auditoria e administração de entidades onshore e offshore de fundos de investimentos. Antes disso, de 2010 a 2013, foi responsável pela administração predial e de locações de fundos dos fundos de escritórios do BTG-Pactual. É bacharel em administração de empresas pela Universidade São Marcos.

Edilson Ciro Romor Guidini - 301.484.788-75

Atua desde 2000 na área jurídica de instituições financeiras. Iniciou a carreira como assistente no Banco Ourinvest, especialmente voltado para as áreas de contratos bancários e transações societárias. Em 2007 migrou para BrazilianFinance para assumir a área societária do grupo que incluía a Brazilian Securities, Brazilian Capital, Brazilian Mortgages e BM SUA CASA, empresas do ramo financeiro e imobiliário. A partir de 2010 passou a assessorar a estruturação e gestão de fundos (FII e FIP) sob administração e gestão da Brazilian Mortgages e Brazilian Capital, onde permaneceu até julho de 2012, quando migrou para o grupo BTG Pactual para ser responsável pelos fundos com lastro imobiliário. Em abril de 2013 retornou ao Ourinvest, onde permanece desde então e, na qualidade de coordenador jurídico, presta assessoria jurídica às empresas do grupo Ourinvest em todas as suas áreas de atuação, com destaque para a área de Contratos Bancários, Mercado de Capitais, Societário, M&A e Imobiliário. Faz parte do Conselho de Administração da Brasil Agrosec desde abril/2015. É advogado graduado na Universidade Cidade de São Paulo, com pós graduação em Direito Privado pela Faculdade de Direito Damásio de Jesus e com LLM em Direito Societário pelo INSPER (antigo IBMEC). Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, penas aplicadas ou qualquer condenação transitada em julgado que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial

Samuel Jorge Esteves Cester - 259.483.698-20

- Ourinvest Asset Gestora de Recursos Ltda.

2017 – ATUAL

Cargo: Diretor

- Responsável pela gestão de risco por meio do monitoramento, da mensuração e do ajuste permanente de riscos inerentes a cada uma das carteiras de valores mobiliários sob gestão da Sociedade, nos termos do inciso V do Artigo 4º da Instrução CVM nº 558/15.

- Banco Ourinvest S.A.

1994 - ATUAL

Cargo: Diretor

- Responsável pela área contábil do Banco Ourinvest S.A. desde a eleição como Diretor Estatutário (1999). A partir de 1999 designado responsável pela área contábil de todas as empresas do conglomerado Ourinvest, bem como pelo relacionamento, em seus mais diversos níveis, com empresas de auditoria, Banco Central do Brasil, inclusive com aquelas que prestam serviços para os Fundos de Investimentos Imobiliários administrados pelo Banco Ourinvest S.A.

- Responsável pelo planejamento tributário, acompanhamento orçamentário e relatórios gerenciais para o auxílio de tomada de decisões.

- Responsável pela área administrativa de back office e crédito.

- Responsável pelo cumprimento da Política de Responsabilidade Socio-ambiental;

- Responsável pelo risco de liquidez;

- Responsável pelo Sistema de Informações de Créditos (SCR);

- Responsável pelo Gerenciamento do Risco Operacional.

• Ourinvest DTVM S.A.
2013 – ATUAL
Cargo: Diretor

- Responsável pelo SCR (Sistema de Informações de Crédito);
- Responsável pelas Contas de Depósitos;
- Responsável pela área Contábil;
- Responsável pela apuração Limites e Padrões Mínimos;
- Responsável pela Apur. Montante RWA, PR e Cap. Princ.;
- Responsável pelo cumprimento da Política de Responsabilidade Socioambiental
- Responsável pelas Operações Compromissadas;
- Responsável pelo cadastro de Clientes do SFN - CCS

• Banco Arbi S.A.
1990 a 1994
Cargo: Diretor Regional São Paulo

- Responsável pelas operações ativas e passivas no Estado de São Paulo.

• Banco Planibanc S.A.
1989 a 1990
Cargo: Diretor

- Responsável pelas áreas de Risco e Revisão de Risco. Implantou a classificação em tempo real de revisão de riscos e a classificação dos riscos em sistemas similar ao do FED (RAROC).
- Responsável pela área de Auditoria Interna do Banco, tendo detectado e provocado a resolução de problemas de controle e contábeis, após as dificuldades havidas nas Bolsas de Valores em 1989.

• Banco Iochpe de Investimento S.A.
1984 a 1989
Cargo: Diretor

- Responsável pela Diretoria de Contencioso em nível nacional.
- Responsável pela área de Operações Ativas em nível nacional.
- Responsável pela Iochpe Leasing Arrendamento Mercantil, tanto operacionalmente como contabilmente junto à CVM, durante a existência da empresa.
- Responsável pelo Departamento de Crédito Rural, inclusive pela parte contábil.
- Diretor Regional São Paulo. Responsável por todas as áreas de negócios e de controle da filial, que respondia por 60% dos negócios do conglomerado (Iochpe) e também por todas as áreas de back office: contabilidade, T.I., tesouraria, etc., bem como pelo acompanhamento da Auditoria (Price) em nível da Filial.

Bruce Thomas Phillips - 022.191.688-16

Formação: Ciências do Comércio pela Rider College.

Trabalhou no Banco Chase Manhattan S.A., de 1982 a 1986, como Diretor de Relacionamento, no Banco de Boston S.A., de 1986 a 1989, como Diretor de Mercado de Capitais, no Eitsa Serviços de Consultoria Ltda, de 1989 a 1996, como Sócio-Gerente, na Vianorte S.A., em 1998, como Diretor Administrativo-Financeiro, e, de 1998 a 2006, como Suplente do Conselho de Administração; na Ourinvest Empreendimentos e Participações S.A., desde 2003, como Diretor, na Ourinvest Participações S.A., desde 1996, como Diretor, na Ourinvest Assessoria de Investimentos Ltda, desde 1997, como Diretor, e no Banco Ourinvest S.A., desde 1996, como Diretor, Desde 02.04.2007 é membro do Conselho Administração de Brazilian Finance & Real Estate S.A. Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, penas aplicadas ou qualquer condenação transitada em julgado que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Nelson de Campos Junior - 740.477.957-04	

N/A

Sarah Balestero - 313.279.398-19

N/A

José Eduardo Queiroz de Freitas - 197.173.158-76

N/A

Mariane Rosa Ferreira - 215.512.428-77

N/A

Edilson Ciro Romor Guidini - 301.484.788-75

N/A

Samuel Jorge Esteves Cester - 259.483.698-20

N/A

Bruce Thomas Phillips - 022.191.688-16

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há comitês instalados.

12.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	5,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	859.802,96	0,00	859.802,96
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	525.600,00	0,00	525.600,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	1.385.402,96	0,00	1.385.402,96

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	0,00	6,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	859.802,96	0,00	859.802,96
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00

Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	525.600,00	0,00	525.600,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	931.825,00

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		3,00		3,00
Nº de membros remunerados		2,00		2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		0,00		0,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00

Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração		754.478,00		754.478,00

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal**Valores anuais**

Nº de membros
Nº de membros remunerados
Valor da maior remuneração(Reais)
Valor da menor remuneração(Reais)
Valor médio da remuneração(Reais)

Observação

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Conforme informado no quadro 13.2 somente os diretores estatutários receberam remuneração.

Os demais administradores(conselheiros) não recebem remuneração.

Não há administradores que recebam remuneração e que sejam partes relacionadas aos controladores.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Não houve, nos três últimos exercícios, remunerações de diretores e de membros do conselho de administração reconhecidos nos resultados de controladores, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

13.16 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes afora as divulgadas nos itens acima.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

A Companhia possui apenas 7 (sete) colaboradores, não adotando formalmente qualquer política de recursos humanos.

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

No período considerado, a empresa não verificou alterações substanciais em seu quadro de pessoal.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

A empresa pratica uma política de salários e benefícios alinhada ao mercado de trabalho das securitizadoras, concedendo benefícios espontâneos, previstos em lei e/ou decorrentes das convenções coletivas, tais como: vale refeição, vale transporte, vale alimentação, seguro de vida, convênio médico, etc.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

A empresa não apresenta histórico de greves ou conflitos sindicais com a categoria dos profissionais contratados.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não há outras informações relevantes.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Nelson de Campos Junior						
740.477.957-04	Brasileiro-SP	Não	Não	31/07/2018		
Não						
	1	0,001%	0	0,000%	1	0,001%
Ourinvest Real Estate Holding Lda.						
30.798.373/0001-10	Brasileira-SP	Não	Sim	31/07/2018		
Não						
	826.754	99,999%	0	0,000%	826.754	99,999%
OUTROS						
	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL						
	826.755	100,000%	0	0,000%	826.755	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Ourinvest Real Estate Holding Lda.				30.798.373/0001-10	
Daniel Ponczyk					
345.991.438-63	BRASILEIRA-SP	Sim	Não	31/07/2018	
Não					
50.796	3,000	0	0,000	50.796	3,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Mariane Rosa Ferreira					
215.512.428-77	BRASILEIRA-SP	Sim	Não	31/07/2018	
Não					
16.932	1,000	0	0,000	16.932	1,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Nelson de Campos Junior					
740.477.957-04	BRASILEIRA-SP	Sim	Não	31/07/2018	
Não					
237.046	14,000	0	0,000	237.046	14,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Ourinvest Real Estate Holding Lda.				30.798.373/0001-10		
Ourinvest Participações S.A.						
65.392.771/0001-17	BRASILEIRA-SP	Sim	Não	31/07/2018		
Não						
1.185.232	70,000	0	0,000	1.185.232	70,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
REICO Consultoria e Investimentos Ltda.						
19.995.435/0001-41	BRASILEIRA-SP	Sim	Não	31/07/2018		
Não						
186.251	11,000	0	0,000	186.251	11,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Sarah Balestero						
313.279.398-19	BRASILEIRA-SP	Sim	Não	31/07/2018		
Não						
16.932	1,000	0	0,000	16.932	1,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Ourinvest Real Estate Holding Ltda.				30.798.373/0001-10	
TOTAL					
1.693.189	100,000	0	0,000	1.693.189	100,000

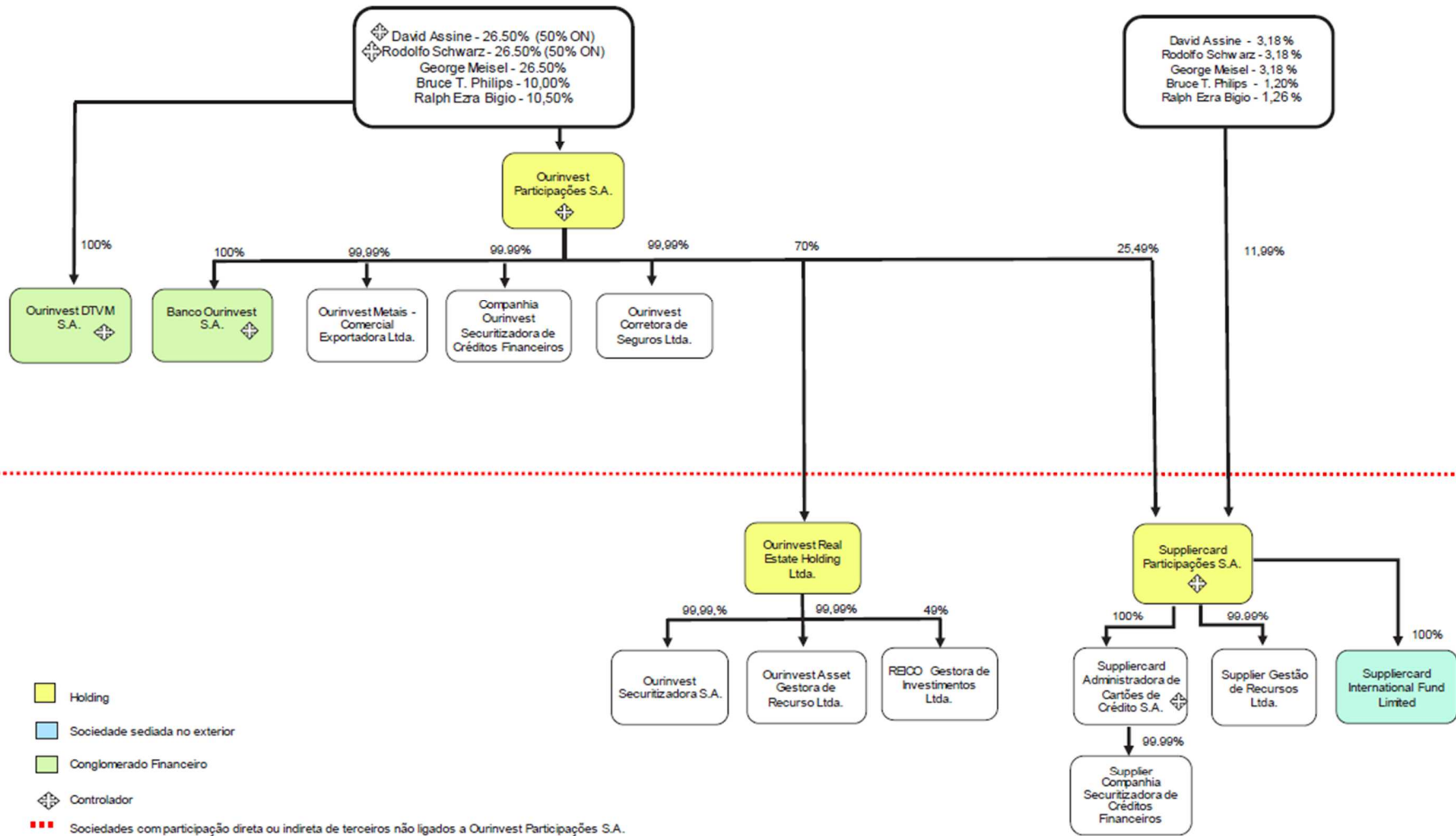
15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/07/2018
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	1
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	826.755	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	100,000%
Total	826.755	100,000%



15.7 - Principais Operações Societárias

- (a) Em Janeiro/2016, os acionistas da BRASIL AGROSEC COMPANHIA SECURITIZADORA, o Banco Fator S.A., Banco Indusval S.A. e CHC & MI Participações Ltda., detentores, cada um, de 685.763 ações ordinárias, equivalente, respectivamente, a 5,44% do capital social da Companhia, venderam, à acionista controladora da Companhia, a Ourinvest Participações S.A. (“Ourinvest Participações”), a totalidade de suas ações, no montante de 2.057.289, representativas de 16,32% do capital social da Companhia. Assim, a Ourinvest tornou-se única acionista da Companhia;
- (b) Em 07.03.2017, a Companhia, com denominação alterada para OURINVEST SECURITIZADORA S.A. desde 22.01.2016, transferiu 165.351 ações ordinárias, de sua titularidade, correspondentes a 20% do capital social total da Companhia, ao Sr. Nelson Campos Júnior (“Nelson”);
- (c) Em 30.07.2018, a Ourinvest Participações (661.404 ações ordinárias) e Nelson (165.350 ações ordinárias) transferiram suas ações de emissão da Companhia, representativas de 99,9% de seu capital social e votante, como contribuição ao capital social da Ourinvest Real Estate Holding Ltda., retirando-se, dessa forma, a Ourinvest Participações S.A. da Companhia.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Não há outras informações relevantes.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Ourinvest Participações S.A.	05/02/2018	448.500,00	Não há	Não há	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Cooligada						
Objeto contrato	Assessoria e Consultoria na area financeira com lastro imobiliário						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Livre acordo entre as partes						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
OURINVEST DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A	18/08/2016	115.000,00	Não há	Não há	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Cooligada						
Objeto contrato	Coordenador Líder de Distribuição Primária						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Até a integralização total do CRI						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

As sociedades possuem administradores diferentes, o que permite que cada uma tome suas decisões no melhor interesse de cada um das sociedades, dessa forma, as transações são pactuadas de acordo com as condições de mercado.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Não há outras informações relevantes.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
29/12/2016	826.755,00	integralizado	826.755	0	826.755
Tipo de capital	Capital Subscrito				
29/12/2016	826.755,00	integralizado	826.755	0	826.755
Tipo de capital	Capital Integralizado				
29/12/2016	826.755,00	integralizado	826.755	0	826.755
Tipo de capital	Capital Autorizado				
05/08/2010	20.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
05/09/2011	AGE	05/09/2011	2.095.500,00	Subscrição particular	16.500	0	16.500	94,29000000	127,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Negociação entre os acionistas								
Forma de integralização		A vista								
07/11/2012	AGE	07/11/2012	1.400.049,00	Subscrição particular	11.603	0	11.603	66,78000000	127,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		negociação entre os acionistas								
Forma de integralização		em moeda corrente até 07/12/2012								
20/05/2013	ARCA	20/05/2013	400.305,00	Subscrição particular	3.152	0	3.152	11,45000000	127,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Art. 170, § 1 lei 6404/76 e negociação entre acionistas								
Forma de integralização		em moeda corrente								
15/08/2013	ARCA	15/08/2013	450.597,00	Subscrição particular	3.735	0	3.735	11,56000000	127,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Art. 170, § 1 lei 6404/76 e negociação entre acionistas								
Forma de integralização		Em dinheiro								
27/01/2014	ARCA	27/01/2014	450.597,00	Subscrição particular	3.735	0	3.735	10,36000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Art. 170, § 1 lei 6404/76 e negociação entre acionistas								
Forma de integralização		Em dinheiro								
28/04/2014	ARCA	28/04/2014	480.823,00	Subscrição particular	3.870	0	3.870	10,02000000	127,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Art. 170, § 1 lei 6404/76 e negociação entre acionistas								
Forma de integralização		Em dinheiro								

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
18/12/2014	AGE	18/12/2014	1.120.000,00	Subscrição particular	1.120.000	0	1.120.000	21,22000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Conforme art. 170 § 1º da Lei 6.404/76.								
Forma de integralização		Incorporação de Afacs								
09/04/2015	AGE	09/04/2015	310.000,00	Subscrição particular	1.629.167	0	1.629.167	4,84000000	0,19	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Art. 170 § 1º da Lei 6.404								
Forma de integralização		Aproveitamento de adiantamentos para aumento de capital.								
06/01/2016	AGE	06/01/2016	510.000,00	Subscrição particular	9.808.729	0	9.808.729	251,00000000	0,05	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Fixado de acordo com os parâmetros do artigo 170 §1º, da Lei 6404/76.								
Forma de integralização		Em dinheiro, mediante conversão de AFAC.								
29/12/2016	AGE	29/12/2016	746.000,00	Subscrição particular	746.000	0	746.000	10,33000000	1,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Fixado de acordo com os parâmetros do artigo 170 §1º, da Lei 6404/76.								
Forma de integralização		Em dinheiro, mediante conversão de AFAC.								

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não ocorreram os eventos nos períodos de referência.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
29/12/2016	29/12/2016	7.138.115,00	12.520.902	0	12.520.902	89,62000000	0,00

Forma de restituição**Razão para redução**

Absorção de prejuízos acumulados

17.5 - Outras Informações Relevantes

A Companhia não tem informações que julgue relevantes.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	CRI 8ª/9ª Séries
Data de emissão	23/06/2017
Data de vencimento	21/06/2023
Quantidade (Unidades)	1.100
Valor total (Reais)	55.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	51.505.148,06
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Oferta sujeita às restrições de negociação da Instrução CVM nº 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Conforme estabelecido no Termo de Securitização.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme estabelecido no Termo de Securitização ou mediante assembleia de investidores.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	CRI 10ª Série
Data de emissão	06/10/2017
Data de vencimento	09/09/2032
Quantidade (Unidades)	566
Valor total (Reais)	28.311.950,15
Saldo Devedor em Aberto	25.860.434,93
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Oferta sujeita às restrições de negociação da Instrução CVM nº 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Conforme estabelecido no Termo de Securitização.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme estabelecido no Termo de Securitização ou mediante assembleia de investidores.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	CRI 11ª Série
Data de emissão	22/11/2017
Data de vencimento	25/05/2023

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Quantidade (Unidades)	1.615
Valor total (Reais)	90.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	26.723.540,07
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Oferta sujeita às restrições de negociação da Instrução CVM nº 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Conforme estabelecido no Termo de Securitização.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme estabelecido no Termo de Securitização ou mediante assembleia de investidores.

Valor mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio
Identificação do valor mobiliário	CRA 5ª Série
Data de emissão	21/12/2016
Data de vencimento	22/12/2022
Quantidade (Unidades)	700.000
Valor total (Reais)	700.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	710.891.727,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Oferta sujeita às restrições de negociação da Instrução CVM nº 476
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Conforme estabelecido no Termo de Securitização.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme estabelecido no Termo de Securitização ou mediante assembleia de investidores.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	CRI 1ª Série
Data de emissão	19/08/2016
Data de vencimento	19/08/2021
Quantidade (Unidades)	9.000
Valor total (Reais)	90.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	4.563.079,22
Restrição a circulação	Sim

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Descrição da restrição	Oferta sujeita às restrições de negociação da Instrução CVM nº 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Conforme estabelecido no Termo de Securitização.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme estabelecido no Termo de Securitização ou mediante assembleia de investidores.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	CRI 2ª/3ª/4ª Séries
Data de emissão	19/12/2016
Data de vencimento	20/12/2022
Quantidade (Unidades)	5.000
Valor total (Reais)	50.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	43.286.480,59
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Oferta sujeita às restrições de negociação da Instrução CVM nº 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Conforme estabelecido no Termo de Securitização.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme estabelecido no Termo de Securitização ou mediante assembleia de investidores.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	CRI 5ª/6ª Séries
Data de emissão	04/04/2017
Data de vencimento	21/03/2032
Quantidade (Unidades)	8.490
Valor total (Reais)	150.059.480,00
Saldo Devedor em Aberto	111.869.405,20
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Oferta sujeita às restrições de negociação da Instrução CVM nº 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Conforme estabelecido no Termo de Securitização.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários Conforme estabelecido no Termo de Securitização ou mediante assembleia de investidores.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	CRI 7ª Série
Data de emissão	05/06/2017
Data de vencimento	10/01/2022
Quantidade (Unidades)	1.330
Valor total (Reais)	75.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	43.213.555,36
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Oferta sujeita às restrições de negociação da Instrução CVM nº 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Conforme estabelecido no Termo de Securitização.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme estabelecido no Termo de Securitização ou mediante assembleia de investidores.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	CRI 12ª Série
Data de emissão	11/10/2018
Data de vencimento	08/10/2026
Quantidade (Unidades)	125.000
Valor total (Reais)	125.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	130.565.210,25
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Oferta sujeita às restrições de negociação da Instrução CVM nº 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Conforme estabelecido no Termo de Securitização.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme estabelecido no Termo de Securitização ou mediante assembleia de investidores.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	CRI 14ª Série

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Data de emissão	26/10/2018
Data de vencimento	01/08/2034
Quantidade (Unidades)	15.140
Valor total (Reais)	15.140.000,00
Saldo Devedor em Aberto	15.525.424,38
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Oferta sujeita às restrições de negociação da Instrução CVM nº 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Conforme estabelecido no Termo de Securitização.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme estabelecido no Termo de Securitização ou mediante assembleia de investidores.

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	CRI 15º Série
Data de emissão	31/01/2019
Data de vencimento	30/11/2023
Quantidade (Unidades)	14.000
Valor total (Reais)	14.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	14.024.325,45
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Oferta sujeita às restrições de negociação da Instrução CVM nº 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Conforme estabelecido no Termo de Securitização.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme estabelecido no Termo de Securitização ou mediante assembleia de investidores

Valor mobiliário	Certificados de Recebíveis Imobiliários
Identificação do valor mobiliário	CRI 13º Série
Data de emissão	27/02/2019
Data de vencimento	22/03/2034
Quantidade (Unidades)	30.000
Valor total (Reais)	30.000.000,00

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Saldo Devedor em Aberto	17.397.733,43
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Oferta sujeita às restrições de negociação da Instrução CVM nº 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Conforme estabelecido no Termo de Securitização.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme estabelecido no Termo de Securitização ou mediante assembleia de investidores.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Certificados de Recebíveis Imobiliários	2821	19	67

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

Os CRI e CRA emitidos pela Companhia, conforme descritos no item 18.5 deste Formulário de Referência, são admitidos para negociação no mercado de balcão organizado da B3, Brasil, Bolsa, Balcão, S.A. (seguimento CETIP).

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A empresa não possui atuação no mercado estrangeiro.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Não houveram ofertas públicas de valores mobiliários do emissor.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

Não houveram ofertas públicas de valores mobiliários do emissor.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Não houveram ofertas públicas de valores mobiliários do emissor.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não há outras informações relevantes.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia não apresenta plano de recompra de ações. Atualmente o capital está fechado.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há valores mobiliários mantidos em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Não há planos de recompra estabelecidos e/ou programados.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há políticas de negociação diferenciadas para gestores ou membros da administração.

20.2 - Outras Informações Relevantes

A Companhia não tem informações que julgue relevantes.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À**Divulgação de Informações**

A Companhia procurará estruturar-se com intuito de garantir elevados padrões de conduta com transparência, precisão e tempestividade, a serem compulsoriamente observados pelos Administradores (conselheiros de administração e diretores), pelos Acionistas Controladores, pelos Conselheiros Fiscais (quando instalado o Conselho Fiscal), pelos integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas e Consultivas existentes ou que venham a ser criados pelo Estatuto Social da Companhia, a fim de adequar a política interna aos princípios de transparência e boas práticas de conduta no uso e divulgação de Informações Relevantes da Companhia, de modo que as exigências das normas vigentes sejam observadas, conforme sua Política de Divulgação de ato ou fato relevante, aprovada em Ata de Reunião do Conselho de Administração celebrada em 08 de outubro de 2010.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A política de Divulgação de Ato e Fato Relevante adotada pela Companhia e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo, encontram-se descritos na Política de Divulgação de Ato e Fato Relevante da Companhia, aprovada em Ata de Reunião do Conselho de Administração, datada de 08 de outubro de 2010.

Cumprir apresentar que a Política tem por objetivo contemplar os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes ainda não divulgadas aos participantes do mercado de capitais brasileiro.

Para efeitos da ICVM nº 358/02, deverá ser considerada relevante qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da assembléia geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios, que possa influir de modo ponderável nos fatores a seguir listados: (i) cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados; (ii) decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários; e (iii) decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

São exemplos de ato ou fato potencialmente relevante, de acordo com o parágrafo único do artigo 2º da ICVM nº 358/02, dentre outros, os seguintes: (i) assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ainda que sob condição suspensiva ou resolutiva; (ii) mudança no controle da companhia, inclusive através de celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas; (iii) celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas em que a companhia seja parte ou interveniente, ou que tenha sido averbado no livro próprio da companhia; (iv) ingresso ou saída de sócio que mantenha, com a companhia, contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa; (v) autorização para negociação dos valores mobiliários de emissão da companhia em qualquer mercado, nacional ou estrangeiro; (vi) decisão de promover o cancelamento de registro da companhia aberta; (vii) incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou empresas ligadas; (viii) transformação ou dissolução da companhia; (ix) mudança na composição do patrimônio da companhia; (x) mudança de critérios contábeis; (xi) renegociação de dívidas; (xii) aprovação de plano de outorga de opção de compra de ações; (xiii) alteração nos direitos e vantagens dos valores mobiliários emitidos pela companhia; (xiv) desdobramento ou grupamento de ações ou atribuição de bonificação; (xv) aquisição de ações da companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, e alienação de ações assim adquiridas; (xvi) lucro ou prejuízo da companhia

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

e a atribuição de proventos em dinheiro; (xvii) celebração ou extinção de contrato, ou o insucesso na sua realização, quando a expectativa de concretização for de conhecimento público; (xviii) aprovação, alteração ou desistência de projeto ou atraso em sua implantação; início, retomada ou paralisação da fabricação ou comercialização de produto ou da prestação de serviço; (xix) descoberta, mudança ou desenvolvimento de tecnologia ou de recursos da companhia; (xx) modificação de projeções divulgadas pela companhia; e por fim, (xxi) impetração de recuperação judicial, requerimento ou confissão de falência ou propositura de ação judicial que possa vir a afetar a situação econômico-financeira da companhia.

Vale destacar que todas as informações sobre Ato ou Fato Relevante da Companhia serão centralizadas na pessoa do Diretor de Relações com Investidores, que é responsável pela divulgação e comunicação das mesmas. O Diretor de Relações com Investidores deverá divulgar e comunicar à CVM qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação.

Os conselheiros de administração, diretores, acionistas controladores e conselheiros fiscais (quando instalado o Conselho Fiscal), bem como membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, deverão comunicar qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que promoverá sua imediata divulgação.

DOS PROCEDIMENTO DE DIVULGAÇÃO

O Diretor de Relações com Investidores, sempre que tiver conhecimento de ato ou fato relevante, deverá efetuar a sua divulgação e comunicação simultânea à CVM e, se for o caso, às Bolsas de Valores e/ou entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários da Companhia estejam admitidos à negociação, antes do início ou após o encerramento dos negócios em qualquer das Bolsas de Valores ou entidade de mercado de balcão organizado, prevalecendo o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores poderá, ao comunicá-lo, solicitar às Bolsas de Valores e/ou entidade de mercado de balcão organizado, a suspensão da negociação dos valores mobiliários, pelo tempo necessário à sua adequada assimilação.

A divulgação de ato ou fato relevante ao mercado em geral deverá ser efetuada por meio de publicação nos jornais em que a Companhia habitualmente promove suas comunicações.

DEVER DE GUARDAR SIGILO

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Os conselheiros de administração, diretores, acionistas controladores e conselheiros fiscais (quando instalado o Conselho Fiscal), bem como os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, e empregados da Companhia, terão o dever de: (i) guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam até sua divulgação ao mercado, bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

NÃO UTILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA AINDA NÃO DIVULGADA

Os conselheiros de administração, diretores, acionistas controladores e conselheiros fiscais (quando instalado o Conselho Fiscal) e membros dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, de sua controladora e de suas sociedades controladas deverão: (a) guardar sigilo sobre qualquer informação que ainda não tenha sido divulgada ao público investidor, originada de ato ou fato relevante, ressalvada a revelação da informação quando necessária para a Companhia conduzir seus negócios de maneira eficaz e, ainda, somente se não houver motivos ou indícios para presumir que o receptor da informação a utilizará erroneamente; (b) abster-se de negociar os valores mobiliários enquanto não divulgada ao público investidor a informação a que tenham acesso privilegiado; (c) abster-se de recomendar ou de qualquer forma sugerir que qualquer pessoa compre, venda ou retenha os valores mobiliários se a informação a que têm acesso privilegiado puder, em tese, influenciar a tomada de qualquer uma dessas decisões; (d) abster-se de negociar com os valores mobiliários referentes às informações privilegiadas por 24 (vinte e quatro) horas após as mesmas terem sido divulgadas ao público investidor;

(e) advertir, de forma clara, àqueles em relação a quem se verificar a necessidade de revelar

a informação privilegiada, sobre a responsabilidade de todos pelo cumprimento do dever de sigilo e pela proibição legal de que se utilizem de tal informação para obter, em benefício próprio ou alheio, vantagem mediante negociação com os valores mobiliários; (f) comunicar a informação privilegiada a que tiverem acesso ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, que a manterá sob o devido sigilo e não a utilizará para obter, em benefício próprio ou de outrem, vantagem mediante negociação com os valores mobiliários a que se refira a informação privilegiada.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO EM OFERTAS PÚBLICAS DE VALORES MOBILIÁRIOS

Imediatamente após deliberar realizar oferta pública que dependa de registro na CVM, o ofertante deverá divulgar a quantidade de valores mobiliários a serem adquiridos ou alienados, o preço, as condições de pagamento e demais condições a que estiver sujeita a oferta, nos termos da Política de Divulgação de Ato e Fato Relevante e da Instrução CVM nº 358/02.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

O disposto acima não se aplica ao procedimento de análise preliminar confidencial para pedidos de registro de distribuição pública de valores mobiliários.

Caso a realização da oferta pública esteja sujeita ao implemento de condições, fica o ofertante obrigado a divulgar aviso de fato relevante, sempre que tais condições se verificarem, esclarecendo se mantém a oferta, e em que condições, ou se ela perderá sua eficácia.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NA ALIENAÇÃO DE CONTROLE

O adquirente do controle acionário de companhia aberta deverá divulgar fato relevante e realizar as comunicações nos termos da Política de Divulgação de Ato e Fato Relevante da Companhia e da Instrução CVM nº 358/02.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE NEGOCIAÇÕES DE ADMINISTRADORES E PESSOAS LIGADAS

Os diretores, os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ficam obrigados a comunicar à CVM, à companhia e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado nas quais os valores mobiliários de emissão da companhia estejam admitidos à negociação, a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de sua emissão e de sociedades controladas ou controladoras, que sejam companhias abertas, ou a eles referenciados, de que sejam titulares, bem como as alterações em suas posições.

Os diretores, os membros do conselho de administração, os membros do conselho fiscal e os de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, deverão efetuar a comunicação imediatamente após a investidura no cargo ou quando da apresentação da documentação para o registro da companhia como aberta, e no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificar alteração das posições por eles detidas, indicando o saldo da posição no período.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE A AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA RELEVANTE, E SOBRE NEGOCIAÇÕES DE CONTROLADORES E ACIONISTAS

Os acionistas controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, que atingir participação, direta ou indireta, que corresponda a 5% (cinco por cento) ou mais de espécie ou classe de ações representativas do capital de companhia aberta, deverá enviar à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, a quantidade, as características e a forma de

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

aquisição dos valores mobiliários de sua emissão e de sociedades controladas ou controladoras, que sejam companhias abertas ou a eles referenciados, de que sejam titulares, bem como as alterações em suas posições.

Está igualmente obrigada à divulgação das mesmas informações a pessoa ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse, titular de participação acionária igual ou superior ao percentual acima, a cada vez que a referida participação se eleve em 5% (cinco por cento) da espécie ou classe de ações representativas do capital social da companhia.

As obrigações previstas nos itens acima se estendem também à aquisição de quaisquer direitos sobre as ações e demais valores mobiliários.

Não serão considerados como atos ou fatos relevantes, para os fins da presente Política, a emissão, distribuição, recompra, revenda, resgate ou qualquer outra forma de negociação ordinária de valores mobiliários da Companhia, ressalvados os casos nessa Política identificados ou na própria Instrução CVM nº 358/02.

No mesmo sentido, também não serão considerados como atos ou fatos relevantes a aquisição, pela Companhia, de direitos créditos do agronegócio para vinculação ao lastro nas emissões de Certificados de Recebíveis de Agronegócio ("CRAs"), independentemente de valor ou condições da respectiva negociação.

Estão excluídas das disposições da Política de Divulgação de ato e Fato Relevante, qualquer negociação extraordinária de CRAs, que não tenha como finalidade a consecução do objeto social da Companhia, para as quais aplicar-se-ão todas as demais condições da presente Política.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

A implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia são de responsabilidade da Diretora de Relações com Investidores, Sra. Sarah Balestero.

21.4 - Outras Informações Relevantes

A Companhia não tem informações que julgue relevantes.